

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.068 - DF
(2018/0246289-4)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
SUSCITANTE : MONICA CHRISTINA CALDEIRA NUNES
ADVOGADOS : TIAGO BOITA LAUDE - DF019278
JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR - DF029170
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA CRIMINAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

MÔNICA CHRISTINA CALDEIRA NUNES suscita conflito positivo de competência em face de **JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL** e do **JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**.

Alega a suscitante que o conflito não tem relação com o CC n. 152.070/DF, haja vista a ocorrência de fato superveniente, que consistiu na deflagração da "Operação Pausare", a qual tramita perante o Juízo Federal da 10ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Afirma, diante disso, que todas as investigações, com exceção da "Operação Recomeço", encontram-se em tramitação perante o referido Juízo, de tal sorte que o caso dos autos, no qual é apurado suposto delito praticado em detrimento do Fundo Postal, deve também ter igual destino.

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do conflito de competência (fls. 33.752-33.760).

Decido.

A despeito das alegações da suscitante, estou de acordo com a manifestação do Ministério Público Federal. O caso é similar ao examinado no **CC n. 151.796/DF**. Tal como ficou consignado na decisão referente ao indicado conflito, não verifico, na espécie, nenhuma das hipóteses de conexão (intersubjetiva, objetiva ou probatória) que imponha o deslocamento da competência. Trata-se de processos, ao menos pelo

que se infere dos autos, com objetivos distintos e destituídos de vinculação jurídica que justifique a incidência da conexão. Nesse particular, colhe-se do parecer ministerial (fls. 33.754-33.758):

[...]

7. A superveniência de nova operação envolvendo a investigação de gestão fraudulenta do fundo POSTALIS em nada altera o resultado e o entendimento a que se chegou esta Corte Superior, bem como as instâncias ordinárias, de não ser hipótese de reunião dos feitos, uma vez que os fatos apurados, embora guardem alguma semelhança, são distintos.

8. A Operação Recomeço restringe-se especificamente ao esquema criminoso criado para captação e desvio de recursos financeiros dos fundos de pensão POSTALIS e PETROS, envolvendo a empresa GALILEO SPE, em detrimento à Sociedade Universidade Gama Filho.

10. Conforme consta, sob o pretexto de salvar a Sociedade Universidade Gama Filho – SUGF (associação civil sem fins lucrativos, mantenedora da Universidade Gama Filho – UGF), alguns dos denunciados na ação penal nº 0017642-26.2014.4.02.5101 teriam se associado criminosamente, com o objetivo de emitir debêntures sem lastro ou garantias suficientes, por meio de empresa constituída para tal fim (GALILEO SPE), tendo os recursos obtidos com a emissão desses títulos de crédito sido desviados em proveito próprio e de terceiros.

11. Nesse contexto, verificou-se que Mônica Chistina Caldeira Nunes, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos do POSTALIS, em comunhão de desígnios com outros quatro corréus, participou da aprovação da aquisição dessas debêntures, em prévio ajuste com os integrantes da associação criminosa, sem verificar a situação financeira da empresa emitente (GALILEO SPE) e interveniente-anuente-garantidora (SUGF), bem como as garantias reais e riscos para o investimento, entre outros atos de gestão fraudulentos, que causaram prejuízo ao Instituto de R\$ 89.390.216,03.

12. Por outro lado, a investigação denominada Operação Greenfield foi instaurada para apurar inúmeras irregularidades ocorridas em negócios praticados em diversos Fundos de Pensão, especialmente a FUNCEF, PETROS, POSTALIS e PREVI, indicando a prática de supostos delitos, dentre os quais, organização criminosa e

gestão fraudulenta. Tais fatos relacionam-se com, pelo menos, 8 casos, a saber: FIP CEVIX, FIP MULTINER, FIP SONDAS, FIP OAS EMPREENDIMENTOS, FIP ENSEADA, FIP RG ESTALEIROS, FIP FLORESTAL E FIP GLOBAL EQUITY, que envolvem fundos de investimentos em participações (FIP's).

13. Segundo informações prestadas pelo Juízo Federal da 10ª Vara Criminal do Distrito Federal, nos autos do CC nº 161.067/DF às fls.

34052: “nos casos investigados, foram precedidas as avaliações econômico-financeiras (valuations) irreais e tecnicamente irregulares, tendo como objetivo real superestimar o valor dos ativos da empresa, aumentando, de forma artificial, a quantia total que o próprio Fundo de Pensão precisava pagar para adquirir a participação acionária indireta na empresa, que é realizada com o objetivo semelhante aos conhecidos “superfaturamentos” de obras públicas, no qual o valor de uma obra é superestimada a fim de justificar um pagamento a maior por parte do Poder Público ou dos Fundos de Pensão.”

14. E prossegue: “Especificamente sobre a POSTALIS o que se investiga são os investimentos no FIP Multiner. Saliento que, conforme consta dos supramencionados processos, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ou seja no bojo da Operação Recomeço, salvo melhor juízo, são investigadas ilicitudes no aporte de capital da POSTALIS e PETROS em outro caso, envolvendo a "Galileo Gestora Recebíveis", cuja questão da competência foi tratada e decidida, inclusive, no CC 152070-DF,”

15. Quanto ao procedimento referente à Operação Pausare (0024162-83.2017.4.01.3400), citado pela suscitante como fato superveniente, extrai-se das informações prestadas pelo suscitado que, além de contar com diversos corréus distintos, a discussão quanto à competência do feito se deu entre a Justiça Federal de São Paulo e a do Distrito Federal, e sequer foi dirimida até a presente data, estando pendente de julgamento no TRF3 (CC 161.067/DF, fls. 34049/34050).

16. O Juízo Federal da 5ª Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, informou que “a suscitante apresenta diversos feitos que nem mesmo guardam relação temporal próxima com a investigação finalizada, que subsidiou o oferecimento de denúncia na Operação Recomeço, em curso nesta 5ª Vara Federal Criminal e que está na fase de alegações finais, sem ponderar acerca da prática de atos

decisórios e, principalmente, do instituto da *perpetuatio jurisdictionis*. O único inquérito originário da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal contemporâneo apontado é o de nº 1453/2013, que não traz referências ao caso objeto da ação penal da Recomeço” (fl. 33744).

17. E ainda, “A prosperar a tese da suscitante, toda e qualquer ação que diga respeito ao POSTALIS, independentemente do respectivo objeto, do tempo dos fatos, dos investigados e demais circunstâncias, teria um Juízo Universal *ratione* “vítima”, com potencial, inclusive, de inviabilizar a atividade jurisdicional, diante de um litisconsórcio multitudinário, indo de encontro ao propósito do instituto da conexão, verdadeira causa de modificação de competência que visa fomentar a celeridade e eficiência, evitando também decisões conflitantes”.

18. Como se observa, os próprios Juízos suscitados reconhecem que não há conflito de competência, ou conexão probatória, pois, em que pese os fatos serem concernentes à gestão fraudulenta de fundos de pensão, é possível diferenciá-los com clareza.

Como se observa, **os fatos apurados** perante o Juízo Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro – cujo procedimento, inclusive, encontra-se em adiantada fase de instrução criminal – retratam situações que, malgrado guardem semelhança com aquela ainda em apuração perante o Juízo Federal da 10ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, **são distintos**.

Como pontuou o Juízo Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, “[a] prosperar a tese da suscitante, toda e qualquer ação que diga respeito ao POSTALIS, independentemente do respectivo objeto, do tempo dos fatos, dos investigados e demais circunstâncias, teria um Juízo Universal *ratione* “vítima”, com potencial, inclusive, de inviabilizar a atividade jurisdicional” (fl. 33.775).

Logo, não verifico a necessidade impositiva de se reuniram os feitos, tal como alega a suscitante. Assim, do mesmo modo que afirmei ao indeferir a liminar, a “aplicação da orientação contida no enunciado da Súmula n. 122 do STJ somente é possível quando dois ou mais crimes possuem uma relação entre si suficiente a recomendar o julgamento em conjunto pelo mesmo juiz ou Tribunal” (CC n. 147.681/RJ, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 4/10/2016).

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, nos termos do art. 34, XXII, do RISTJ,
não conheço do conflito de competência.

Publique-se. Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator